

O ENRAIZAMENTO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE NA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL

Swamy de Paula Lima Soares

UFPB/Brasil

swamysoares@yahoo.com.br

Flávia Paloma Cabral Borba

UFPB/Brasil

palomacborba@gmail.com

O trabalho discute os aspectos teóricos da dissertação “Políticas da educação superior e o enraizamento local: o Programa de Educação Tutorial na Universidade Federal da Paraíba”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da UFPB. Trata-se da discussão das políticas educacionais como um campo de estudo em desenvolvimento em que a condução das pesquisas na área tem privilegiado o diálogo multidisciplinar entre áreas diversas do conhecimento, colaborando para ampliação de perspectivas analíticas.

Para além do campo mais geral da ciência política, o estudo das políticas educacionais conjuga especificidades refletidas em diferentes abordagens metodológicas, que, ao mesmo tempo, corresponde aos desafios para compreensão orgânica dos elementos (internos e externos) que a constitui, considerando seu desenho sociopolítico institucional e as relações conjunturais articuladas que direcionam seus processos. Deste modo, a categoria enraizamento apresenta-se com potencial analítico de congregar conceitos, especialmente para a avaliação de políticas já implementadas ou em fase de implementação. O enraizamento compreende em que medida determinada ação pública interage e é incorporada pelos diversos atores sociais/institucionais envolvidos na ação e a maneira na qual ela se constitui, muitas vezes gestada em esferas político-administrativas distintas do local de implementação. Sendo assim, o problema desta investigação discute como tal categoria analítica pode contribuir para avaliação de políticas públicas no campo da educação superior. O objetivo geral passa, então, pela análise da política educacional enquanto campo teórico-científico. Para tanto, exploramos possibilidades teóricas da articulação entre a categoria enraizamento e a abordagem de análise epistemológica da política pública.

Em sentido *lato*, o termo enraizamento pode designar significados distintos. Considerando a referência mais comum, no universo da botânica, enraizar significa desenvolver raízes, estabelecer uma conexão com o seu meio e, com ele, constituir uma relação de troca. O desenvolvimento de uma

planta será condicionado por vários elementos que definirão as condições de sobrevivência saudável e a longevidade baseadas na relação que suas raízes estabelecem com o solo. Partindo então desse entendimento mais comum, podemos dizer que, em termos de compreensão dos fenômenos humanos, a construção do enraizamento indica um caráter de relação, de participação e/ou de socialização (WEIL, 1980).

Nesses contextos, outro termo associado ao enraizamento é justamente a relação de adaptação (FROCHTENGARTEN, 2005). Sobre essa característica é que o estudo do enraizamento, enquanto dimensão das ciências políticas, constrói certos parâmetros de entendimento, principalmente no sentido de formulação e implementação de políticas públicas. Isso se dá porque as relações de adaptação, em tese, se dão em ambientes de disputas e, “considerando os aspectos sociais, a ação de enraizamento é sempre tensa porque desafia a estrutura nova frente ao *forasteiro* que aparece em sua frente, pronto para incorporá-lo ou destruí-lo” (SOARES, 2013, p.147). Esse destaque acaba por evidenciar também a necessidade de se perceber as relações sociais como indicadores na formação das ações dos sujeitos (GRANOVETTER, 1985). Temos então, como referência conceitual no campo das políticas sociais, o enraizamento enquanto parâmetro para “análise de programas e projetos governamentais, no sentido de compreender em que medida essas ações são incorporadas pelos sujeitos institucionais que as implementam” (SOARES, 2013, p.145).

Assim, o enraizamento indica uma relação/apropriação entre o sujeito, a ação e o lugar. Em termos institucionais, o enraizamento sugere a possibilidade de um programa, oriundo inicialmente de outra esfera de governo (federal), criar “raízes” no seu local de implantação. Como aponta Arretche (2001), há por vezes aproximações e/ou distanciamentos entre aqueles que pensam a estrutura inicial da política e os que a desenvolvem (para além da mera execução) nas esferas locais. “Em outras palavras, na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal qual como concebida por seus formuladores originais” (p. 45).

O uso do enraizamento, enquanto categoria analítica, não tem por base a função de criar parâmetros fechados de análise, sendo por definição “um conjunto de proposições” que “orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção de dados e a análise dos mesmos” (MINAYO, 2015, p. 18). Procuramos apontar possibilidades de análise dos aspectos objetivos pós-implementação da política educacional, tendo como escopo a dimensão de seu caráter teórico-conceitual. Traz, sobretudo, a discussão dessa dialética sobre o movimento estruturante da execução de um programa, como ação pública do Estado (da *policy*), e o estudo dos elementos conceituais da política educacional, típicos do campo do conhecimento científico que constroem desenhos conjunturais refletidos, principalmente, em disputas, discursos hegemônicos e agendas políticas específicas.

Em nossa discussão sobre a relação entre políticas públicas e enraizamento, alguns pontos ficam em evidência: a dialética dos elementos que as constituem, principalmente as correlações de

forças representadas pela diversidade de interesses; a influência conjuntural dos aspectos sociopolíticos e econômicos e a dinâmica natural de reorientação de políticas pós-implementação, sobretudo quando o *locus* de investigação são as universidades públicas. Tais aspectos são interligados por um ponto comum, que é a intervenção dos sujeitos no desenvolvimento das ações. Em síntese, a questão do enraizamento aparece como uma importante categoria teórica para análise de políticas públicas, especialmente no quadro de países federativos como o Brasil. O caminho é perceber a relação dialética entre elementos estruturais da política, elementos conjunturais da dimensão macro-social em que a política é inserida e a atuação dos diversos atores sociais nas distintas instâncias federativas. Como observam Muller e Surel (2002), tal perspectiva de análise deve compreender os atores sociais como agentes importantes no processo de formulação das políticas e, principalmente, no processo de implementação dessas ações. Se os atores não são senhores completos de si – pela própria dimensão social que condiciona suas ações – não podem ser subvalorizados. Suas ações podem reforçar aspectos condicionantes – tal qual o papel dos sujeitos nos mecanismos de reprodução social, como assinalou Bourdieu – mas também podem apontar rumos distintos daqueles previstos. Essa distinção estaria na capacidade política de atuação, tanto no sentido weberiano (política como ação) como arendtiano (política como construção do novo). Portanto, o enraizamento não se constitui um movimento de incorporação de políticas pré-determinadas, mas uma ação complexa composta de re-significados e de reproduções. A dimensão de qual dos termos descritos ganha mais força na disputa social está intimamente relacionada com a conjuntura social em que se move a política. Daí a ideia que a categoria enraizamento apenas ganha força analítica quando situada no contexto específico de uma determinada política pública educacional. Conclui-se, então, que as pistas analíticas parecem nos conduzir à necessidade de investigações empíricas que possam fortalecer o conceito e consolidá-lo no rol da discussão epistemológica das políticas públicas em educação.

Referências

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA M. C. R. N.; CARVALHO, M.C.B. (Org). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-56.

FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos avançados. Vol.19, no.55 São Paulo, Sept./Dec. 2005.**

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007

MINAYO M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 9-29.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Coleção Desenvolvimento Social. Pelotas: EDUCAT, 2002.

SOARES, S. de P. L. S. **Estado, políticas públicas e juventude**: avaliação de efeitos de um programa federal na esfera local. São Paulo: USP, 2013. 211p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WEILL, S. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.